

Abertura lenta, gradual e Segura

O presidente Geisel revogou o AI-5, prometeu a volta à democracia, mas impôs condições e exigiu salvaguardas que lhe permitissem conduzir o processo

A posse do general Ernesto Geisel e de seu vice, o também general Adalberto Pereira dos Santos, foi cercada de muita pompa, tendo sido transmitida pela TV para todo o país. Ao todo, 89 delegações estrangeiras compareceram à transmissão do cargo, prestigiada ainda pelos presidentes do Chile, general Augusto Pinochet, do Uruguai, Juan María Bordaberry, e da Bolívia, general Hugo Banzer Suárez.



Generais Geisel e Hugo Abreu

Bem ao seu estilo, o novo presidente fez um discurso breve, com onze parágrafos, nos quais não constava nenhuma alusão aos seus objetivos. Suas metas, porém, eram bem definidas. Entre elas, a de recolocar o país no caminho da normalidade democrática, confirmada com o retorno do grupo castelista. O novo chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, que desde 1964 inspirava uma doutrina de reforma das instituições para o governo Castelo Branco, voltava na condição de ideólogo do projeto de abertura, contando, agora, com a experiência de erros passados que não mais seriam cometidos.

Com uma maneira muito própria de usar o AI-5, Geisel cassou mandatos parlamentares e direitos políticos, fechou o Congresso e impôs à nação retrocessos como a Lei Falcão e as medidas contidas no “pacote de abril”. Quanto a sua própria base de poder, exigiu respeito à hierarquia e afastou lideranças dos bolsões radicais de linha dura nas Forças Armadas, eliminou a tortura a presos políticos e reduziu o poder dos organismos de segurança.

De acordo com a necessidade

O conjunto de medidas que entrou para a história como “pacote de abril” foi considerado um casuísmo pela oposição. Com ele, o presidente Ernesto Geisel deixou clara a determinação de que não aceitaria que a condição do processo político escapasse ao seu controle ainda que para isso fosse preciso mudar as regras do jogo. Ao fechar o Congresso em 1º de abril de 1977, garantiu o predomínio do partido do governo em nível federal e estadual. Na época, anunciou que o quorum para reformas constitucionais passava a ser maioria absoluta, o que garantia a aprovação da reforma do Judiciário; que as eleições para governadores voltavam a ser indiretas, e que os colégios eleitorais destinados a elegê-los seriam aumentados, o que aceitava qualquer surpresa negativa para a arena. A maior reação, porém, foi com a medida que criou os senadores biônicos: 1/3 do Senado passava a ser escolhido pelo voto indireto, garantindo uma tranqüila maioria para o partido do governo

Logo depois da posse começou a preparar um de seus grandes projetos: o da abertura política. Três governadores respaldavam essa atitude: Paulo Egydio Martins, de São Paulo, Aureliano Chaves, de Minas Gerais, e Sinval Guazzelli, do Rio Grande do Sul. Por isso foi grande a surpresa de Geisel, ao serem abertas as urnas das eleições parlamentares de 15 de novembro de 1974, com a constatação da vitória do MDB nos grandes centros urbanos. A partir daí aprovou um projeto elaborado pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, que limitava o acesso dos candidatos ao rádio e a televisão. E em abril o governo viveu uma de suas mais graves crises políticas. O MDB havia conseguido impedir a aprovação de um projeto situacionista de reforma do Judiciário. Mesmo assim, Geisel revogou o AI-5 em 1979, e lançou a tese da “democracia relativa”, materializada nas salvaguardas



constitucionais, instrumentos excepcionais para a defesa do regime em situações de emergência e crimes graves. Sob o ponto de vista econômico, o general Ernesto Geisel herdou um Produto Interno Bruto (PIB) de 132,7 bilhões de dólares, uma inflação anual de 18,7% e uma dívida externa de 12,5 bilhões de dólares. Deixou em PIB 44,7% maior, de 192 bilhões de dólares. Mas a inflação estava fora de controle, chegando a 40% ao



ano, e a dívida externa bruta disparou para 43 bilhões de dólares.

Eram tempos de escalada dos preços do petróleo no mercado externo. Os países industrializados optaram por desacelerar a economia, mas o Brasil fez a escolha contrária: o ajuste gradual da economia à crise.

Em 1975 Geisel assinou com a República Federal da Alemanha um acordo nuclear para a aquisição de tecnologia e a instalação de oito usinas atômicas no país. No ano seguinte abriu a prospecção de petróleo em território brasileiro a empresas estrangeiras, com as quais a Petrobrás assinou “contratos de risco”.

Internamente, deu início ao Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e impôs restrições ao consumo de gasolina, como a fixação do limite de velocidade dos veículos em 80 km por hora.